

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

REQUERIMENTO Nº /2001 (do Sr. Salatiel Carvalho)

Requer a realização de reunião de audiência pública, com a participação da Comissão da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, destinada a discutir a exploração do gás natural de Urucu, no Estado do Amazonas, com os expositores que especifica.

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de reunião de audiência pública, com a participação da Comissão de Minas e Energia, tendo como expositores o Presidente da Petrobrás, o Governador do Estado do Amazonas, representantes do órgãos de meio ambiente Federal e do Estado do Amazonas, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas, além de representantes de entidades de defesa do meio ambiente, para discussão do gás natural de Urucu, no Estado do Amazonas.

Conforme matéria veiculada pela Revista Época desta semana, o campus de Urucu situa-se no centro da bacia hidrográfica do Solimões, o coração da selva, com 60 campos produtores de petróleo e gás da Petrobrás, saindo cerca de 95% da matéria prima refinada pela Petróbrás. O óleo e o gás líquido seguem para Coari em dutos. A partir de Coari seguem em navios e barcaças para Manaus. Nesta exploração o gás natural extraído junto com o óleo é reinjetado no poços, cerca de 6 milhões de metros cúbicos de gás por dia, que valem hoje cerca de R\$ 1,4 milhões de reais, porque a Petrobrás não tem como levá-lo até Manaus.

Um dos grandes problemas do Estado do Amazonas é o elevado custo da energia elétrica gerada por termelétricas alimentadas por óleo combustível e a sua escassez para garantir o seu desenvolvimento. A utilização do gás natural poderia reduzir o custo da geração em até 60%.

A Petrobrás que investir 300 milhões de dólares na construção de um gasoduto para levar o gás de Coari a Manaus, cerca de 375 Km pela selva. No entanto, é barrada pelo Governo que deu parecer contrário ao projeto, por ser detentor da concessão de exploração, utilizando a burocracia do Estado na área ambiental, alegando possíveis danos à mata e às enfiias indígenas, com "uma ocupação desordenada e perversa". No entanto, exige que o transporte seja feito por navios e barcaças, pois esses grupos alimentam as campanhas políticas locais.

Com esse impasse perde o povo porque para realizar o transporte de Coari a Manaus são repassados pelo Governo Federal subsídios de R\$ 460 milhões anuais, mais o subsídio direto embutido nas contas de luz, além do preço cobrado pela estatal na venda de derivados de petróleo correspondente às perdas da Petrobrás com o gás de Urucu, o que dá um valor de R\$ 2,56 milhões por dia.

O Governador do Estado do Amazonas lançou Edital para a utilização do gás de Urucu em julho e até 14 de setembro os interessados poderão encaminhar suas propostas. Até o momento, quatro empresas já apresentaram suas propostas: Petrobrás Gás S.ª, American Comercial Lines International, PetroAmazon-Petróleo da Amazônia Ltda. e Sociedade Fogas Ltda. Segundo matéria veiculada pelo Jornal O Estado de São Paulo, a escolha do vencedor

levará em conta os seguintes requisitos: **tarifa, impacto ambiental, segurança, tempo de implantação e capacidade de beneficiar o maior número de cidades servidas, além da exigência de vários certificados das empresas como ISO 9001, ISO 14001 e BS 8800.**

Conforme as matérias da Revista Época e do Jornal O Estado de São Paulo há uma série de fatores envolvendo o consumidor, o meio ambiente com uma interface política que exigem desta Comissão e da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias uma ação urgente, no sentido de buscar conhecer com maior amplitude os problemas elencados, bem como exercer, se necessário, um fiscalização de todo esse processo.

Sala da Comissão, em 16 de agosto de 2001.

Deputado **SALATIEL CARVALHO**
(PMDB-PE)